

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Esperança para a BR - 319

Veículo: A Crítica

Data: 22.10.18

Caderno: Opinião

Página: A4

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

ESPERANÇA PARA A BR-319

Está muito claro que o principal entrave à plena trafegabilidade da BR-319 não são as questões ambientais ou burocráticas, mas a simples ausência de interesse político em realizar a obra, por motivos que, talvez um dia, venham a ser explicados. Porém, eis que surge uma esperança. Está na pauta de votação desta terça-feira, na Comissão de Serviços e Infraestrutura do Senado, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 235, que muda os critérios para aportes no Sistema Nacional de Viação (SNV), e inclui explicitamente a rodovia BR-319 como prioritária para a integração nacional. O texto também estabelece que "devem ser

garantidos os recursos necessários para sua operação, independentemente do período do ano", ou seja, a trafegabilidade da estrada deve ser permanente. O PLS coloca o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) como responsável direto pela restauração da rodovia no trecho entre o Município de Nhamundá, no Amazonas, e o de Porto Velho, em Rondônia, e estabelece o prazo de dois anos para conclusão dos trabalhos. A proposta não poderia ser mais específica. Quatro anos após sua propositura, o projeto será finalmente posto em votação amanhã na CI do Senado que conta com dois

parlamentares do Amazonas em sua composição. Se aprovado, estará muito perto de ir ao plenário, com boas chances de ser aprovado, seguindo para apreciação da Câmara. Seria uma vitória significativa da bancada federal do Amazonas, que ainda comemora a reprovação do Projeto do Executivo que facilitaria a privatização da Amazonas Energia.

Talvez seja agora que BR-319 deixe de figurar como bandeira de campanha para se converter numa demanda séria das bancadas do Amazonas, Roraima e Rondônia, Estados que se beneficiariam diretamente com a

restauração da rodovia. Para Roraima, significaria a integração por estrada com o restante do País; para o Amazonas, mais que isso, seria um importante fator na competitividade da Zona Franca de Manaus enquanto Rondônia poderia contar com um caminho mais curto para o Atlântico. Pode ser a última grande batalha de muitos membros dessas bancadas que serão profundamente renovadas no próximo ano. Dos 11 parlamentares que compõem a bancada amazonense no Congresso Nacional, por exemplo, teremos seis novos deputados federais e um novo senador.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Além de diminuir custos, aumentar a transparência e a agilidade dos processos no mercado imobiliário, tecnologia pode reduzir a burocracia.

Veículo: O Documento Imóveis

Data: 20.10.18

Caderno: Tecnologia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://odocumento.com.br/noticias/imoveis/construtoras-estudam-uso-do-blockchain-em-registro-de-imoveis,35572>

Além de diminuir custos, aumentar a transparência e a agilidade dos processos no mercado imobiliário, tecnologia pode reduzir a burocracia



Apesar do desenvolvimento de inovações que vêm ocorrendo no País, seja em tecnologia, métodos construtivos ou produtos imobiliários, propiciando melhoria e desenvolvimento do mercado imobiliário, ainda há um problema crônico, que é a burocracia. “Como aceitar um País que em 2,3 horas apura 130 milhões de votos e para averbar algo em uma matrícula de imóvel demora cerca de um mês?”

questiona o presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Celso Petrucci, que anunciou ontem, em Curitiba/PR, que a CII/CBIC tem trabalhado na busca pela diminuição dessa burocracia, e, com a correalização do Senai Nacional, está desenvolvendo um estudo sobre o uso de tecnologias digitais como o blockchain em registro de imóveis.

O anúncio foi feito durante o TechLaw Summit 2018, promovido ontem (18) e hoje (19/10) pelo Instituto de Engenharia do Paraná, com apoio da CBIC e correalização do Senai Nacional. Ao mencionar a importância do evento para o mercado imobiliário, o presidente da CII/CBIC, Celso Petrucci, destacou que o mercado depende, basicamente, de recursos abundantes e taxa de juros baixa. “A caderneta de poupança e o FGTS têm cerca de R\$ 1,3 trilhão de ativos, a taxa de juros em torno de 9% é razoável, tendendo a 8%, mas o mercado ainda está atravessando a pior crise”, mencionou.

A adoção do blockchain por registros de imóveis pode seguir a lógica aplicada em registro de títulos e documentos da OriginalMy, bem como servir para fins de controles internos de cartórios garantindo a segurança e indelebilidade dos lançamentos efetuados na matrícula. No caso da OriginalMy, trata-se da autenticidade de conteúdo que utiliza a blockchain como protocolo. Dessa forma, qualquer documento autenticado no sistema poderá ser verificado se o mesmo é autêntico ou não.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Crescimento do mercado imobiliário de alto padrão impulsiona novos investimentos

Veículo: Segs

Data: 20.10.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.segs.com.br/seguros/140392-crescimento-do-mercado-imobiliario-de-alto-padrao-impulsiona-novos-investimentos>

Crescimento do mercado imobiliário de alto padrão impulsiona novos investimentos

Sábado, 20 Outubro 2018 14:00 Escrito ou enviado por Dino/ Website: <http://www.altopadrao.lopes.com.br> Adicionar novo comentario
SEGS.com.br - Categoria: Seguros Imprimir Compartilhar:



Impulsionada pelo crescimento anual de 20% no mercado imobiliário de luxo, Lopes lança plataforma para esse segmento com 2.500 imóveis para venda e locação no Brasil e exterior

"O Portal Alto Padrão Lopes será alimentado por 12 mil corretores associados, que atuam em mais de 100 imobiliárias

O mercado imobiliário de luxo vem se destacando no Brasil e, dados do Sindicato da Habitação (Secovi), apontam que o segmento cresce a um ritmo de 20% ao ano. A demanda por imóveis de alto padrão ganhou força nos últimos meses, impulsionada pela queda da taxa básica de juros Selic. O setor de alto padrão terá maior espaço entre os lançamentos do quarto trimestre de 2018, levando as empresas a criarem novas estratégias para atender a esse perfil de consumidor.

Acompanhando esse movimento, a Lopes Consultoria de Imóveis acaba de criar a marca Lopes Alto Padrão, que chega ao mercado com a criação da maior plataforma de vendas e locação do país neste segmento, com 2.500 ofertas. Os valores dos imóveis são acima de R\$ 3 milhões e para locação a partir de R\$ 20 mil.

A iniciativa da Lopes é inovadora e repete o modelo de sucesso americano, porém com uma identidade local. São apartamentos, residências, casas de campo e de praia em áreas nobres do Brasil e no exterior, principalmente nos Estados Unidos e Portugal.

O Portal Alto Padrão Lopes será alimentado por 12 mil corretores associados, que atuam em mais de 100 imobiliárias, para atender os consumidores de forma sustentável e eficiente.

A plataforma (altopadrao.lopes.com.br) estreia com um lançamento de altíssimo padrão, em São Paulo, no quadrilátero conhecido como Manhattan brasileira. Trata-se do residencial Alameda Jardins, da incorporadora Tishman (Rua Chabad, 86, Jardim Europa) com VGV superior a R\$ 400 milhões.

"Com o lançamento, a Lopes acompanha a tendência do mercado, de crescimento da demanda por unidades de altíssimo padrão, que ganhou força, nos últimos meses, com a queda da taxa básica de juros Selic e com a avaliação do mercado de que não haveria mais reduções de preços", afirma Matheus Fabricio, diretor-executivo da Rede Lopes.

A mudança começa pela escolha dos imóveis, que passará pelo crivo de um Comitê de Curadoria, responsável por definir e aprovar as regras e os produtos aptos a receber o selo "Lopes Alto Padrão". As ofertas serão apresentadas por meio de fotos profissionais em diversos planos e imagens aéreas, textos publicitários e tour virtual. Além disso, os consumidores poderão ler notícias sobre decoração e temas relativos ao segmento de luxo, assinadas por especialistas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: O desempenho das edificações e sua correlação com a legislação

Veículo: CBIC Mais

Data: 19.10.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC_newsletter_161.pdf

O DESEMPENHO DAS EDIFICAÇÕES E SUA CORRELAÇÃO COM A LEGISLAÇÃO

PRISCILA VERÔNICA GAUDINO DA SILVA é engenheira civil e consultora da Área de Construção Civil do Senai em Norma de Desempenho, bem como na construção e composição dos laboratórios de Sistemas Construtivos da Unidade Cimaterc

Divulgação



Mas como gerenciar essa mudança na forma de "pensar o produto" e verter esse pensamento em concretização do projeto?

O primeiro passo nasce da etapa da concepção do projeto no que a NBR 16636-1 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos: diretrizes e terminologia chama de fase de preparação ou de atividades preparatórias, "período que antecede a elaboração de projetos, destinado a reunir as informações necessárias para definição do empreendimento". É importante que essa fase seja realizada por uma equipe multidisciplinar e registrada por meios de estudos técnicos, primeiras avaliações relacionadas à legislação e às expectativas dos clientes que serão atendidas. Seguindo para próxima etapa, fase de licenciamento dos projetos, percebe-se que existe uma correlação forte dessa e das legislações nas esferas municipal, estadual e federal. Faz parte desse escopo de legislações os temas referentes à lei de acessibilidade, meio ambiente, código de bombeiros, bem como códigos de obras, códigos sanitários, códigos de posturas, lei de uso e ordenamento do solo e planos diretores das cidades.

É de conhecimento do mercado imobiliário nacional a demanda por atendimento às novas exigências dos clientes, bem como a demonstração da efetiva qualidade do produto "Edificação residencial", haja vista que a tradução dessas necessidades foi formatada em termos de requisitos qualitativos e critérios quantitativos, comprovando assim sua performance em operação. A NBR 15575:2013 - Desempenho das edificações é a compilação desses requisitos e critérios.

A mudança dos resultados que deverão ser garantidos pelas empresas ligadas ao mercado, sejam elas incorporadoras, construtoras, projetistas e até mesmo fabricantes de materiais, parte para quebra do paradigma de como são desenvolvidos os projetos dos novos empreendimentos. A necessidade de se avaliar as condições de exposição, a destinação fim do prédio, bem como o nível de desempenho que se deseja alcançar estabelecerá a Vida Útil de Projeto (VUP). É fundamental ressaltar que a norma de desempenho é complementar às normas prescritivas e leis aplicáveis vigentes.

A NBR 16636-1 descreve essa etapa como a "destinada à representação das informações técnicas para análise e aprovação do projeto arquitetônico ou urbanístico, pelas autoridades competentes, com base nas exigências legais, à obtenção do alvará ou das licenças indispensáveis às atividades de construção".

Como então atender a norma sem ferir ou descumprir os pontos em comum com a legislação? O fato é que a legislação tem prioridade em seu atendimento em detrimento às premissas normativas. Seguindo essa lógica fora levantado o grau de aderência entre os pontos previstos em norma e comuns às legislações mais básicas existentes e relacionadas à etapa de licenciamento do empreendimento. Esses pontos são mostrados na tabela a seguir:

NORMA DE DESEMPENHO / REQUISITO DE USUÁRIO		LEGISLAÇÃO RELACIONADA
Item	Requisito	
I.	Segurança contra incêndio	Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros
II.	Desempenho Térmico	Código de Obras
	Abertura de ventilação + Desempenho lumínico	Índice percentual de iluminação + ventilação natural
III.	Funcionalidade e acessibilidade	
	Afeto do gel atômico	Código de Obras
	Disponibilidade mínima de espaços	Código de Obras (a ser implantado em Brasília)
	Acessibilidade	Lei 10.098/2000 - Lei de acessibilidade Lei 13.146/2016 - Estatuto do deficiente Decreto 9.542/2008 - Acessibilidade para construção de edificações de uso privado

Como o licenciamento dos projetos são avaliados baseados nos códigos de obras, o que chama atenção é o fato de 67% das capitais brasileiras possuírem códigos de obras com tempo de existência entre 10 e 50 anos, sem necessariamente terem sofrido atualizações para atendimento à novas necessidades urbanísticas das cidades, bem como adaptações às novas tecnologias e sistemas construtivos, onde aplicável.

Enfim, para plenitude do desenvolvimento do mercado imobiliário, em face à oportunidade de melhoria do pro-

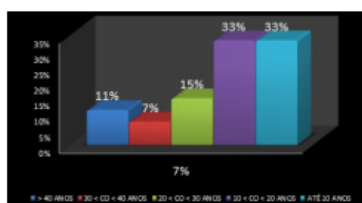


Fig. 01 - Tempo de existência e vigência de códigos de obras das capitais brasileiras

duto "Edificações residenciais", são pertinente as revisões e adequações dos códigos de obras de forma a atender as necessidades atuais das cidades, permitindo o crescimento plural da rede de construção. Um bom exemplo dessa prática foi o adotado pela cidade de Brasília que em julho/2018 teve seu código reaprovado, remetendo à responsabilidade compartilhada entre incorporadores/ construtores e projetistas do cumprimento dos pontos em comum com a NBR 15575 que antes poderiam gerar conflitos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Formando líderes para o futuro da construção

Veículo: CBIC Mais

Data: 19.10.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC_newsletter_161.pdf

FORMANDO LÍDERES PARA O FUTURO DA CONSTRUÇÃO

UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE ENGENHARIA DE NITERÓI CONHECEM PROJETO CBIC JOVEM E SÃO CONVIDADOS A PARTICIPAR DO GRUPO QUE ESTÁ SENDO FORMADO NO RIO DE JANEIRO



Universitários da UFF em Niterói, conhecem projeto CBIC Jovem

O Projeto CBIC Jovem foi apresentado nesta sexta-feira (19/10) aos participantes da XVIII Semana de Engenharia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. Na ocasião, a presidente do Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e gerente de relações institucionais do Seconci-Rio, Ana Cláudia Gomes, falou sobre a criação do projeto, que visa capacitar estudantes em gestão e liderança. O Seconci-Rio, em parceria com o Sinduscon-Rio, pretende reforçar a atuação desse grupo no Estado do Rio de Janeiro, com perspectiva de formar novos líderes para o setor da construção.

O consultor de gestão, Ayrton Sergio Ferreira, que acompanha os participantes do CBIC Jovem, também participou do evento, ministrando uma palestra sobre liderança, mostrando as reais habilidades de um líder e como tratar questões de hierarquia. "Um verdadeiro chefe é aquele que busca maximizar resultados, encorajando, estimulando e propondo desafios para sua equipe", afirmou ele.

Finalizando, Ana Cláudia e o estudante Pedro Pontes, representante do CBIC Jovem no Estado, convocaram os mais de 60 alunos do curso de Engenharia, que estavam



Ana Cláudia Gomes, presidente do Fasc/CBIC

presentes à palestra, para participarem do grupo que está sendo formado para troca de experiências e de ideias, com o objetivo de fomentar o projeto no Estado.

SOBRE O CBIC JOVEM

Idealizado em 2016, pelo Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), presidido por Ana Cláudia Gomes,



Ayrton Sergio Ferreira, consultor de gestão

o grupo CBIC Jovem tem o objetivo de formar novos líderes para o setor da construção. O projeto, em correlação com o Sesi Nacional, conta com a participação voluntária de estudantes, jovens empresários e gestores do setor da construção das cinco regiões do País. Ao longo do ano, são realizados encontros para troca de experiências e debates sobre gestão de pessoas, desempenho, planejamento estratégico, treinamento e outros conteúdos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Fundos imobiliários viram porto seguro de investidor após “susto” de 60% na bolsa

Veículo: Info Money

Data: 19.10.18

Caderno: Imóveis / Fundos Imobiliários

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.infomoney.com.br/imoveis/fundos-imobiliarios/noticia/7713767/fundos-imobiliarios-sao-um-bom-investimento-para-os-proximos-anos>

Fundos imobiliários viram porto seguro de investidor após "susto" de 60% na bolsa

Programa Fundos Imobiliários, da InfoMoneyTV, recebe autor de livro sobre o tema para traçar perspectivas de mercado

SÃO PAULO – A pesquisa Global Wealth Report, do Credit Suisse, referente a este ano, [mostra que brasileiros vêm, lentamente, investindo cada vez mais em ativos financeiros e menos em imóveis.](#)

Dado o histórico favoritismo do investidor nacionalmente por “cimento e tijolo”, onde entram os fundos imobiliários, ativos financeiros baseados em imóveis, nesta conta?

O programa [Fundos Imobiliários](#) da **InfoMoneyTV** desta sexta-feira (19) recebe Roni Mendes, autor do livro Fundos de Investimento Imobiliário – Aspectos gerais e princípios de análise.

Professor de química no ensino superior, Mendes é um exemplo de investidor que, embora não tenha graduação na área financeira, se especializou em um tipo de ativo que une a paixão do brasileiro a uma rentabilidade mais atraente. No Brasil, boa parte dos autores e estudiosos em fundos imobiliários não iniciaram as carreiras no mercado.

→ [Fernando Góes mostra como comprar um possível retorno explosivo na Bolsa sem abrir mão de segurança](#)

Quando o iniciante se dirige ao mercado de renda variável, muitas vezes ele chega em momento de euforia e acaba perdendo dinheiro. No caso de Mendes, a volatilidade pós-crise de 2008 fez com que seu patrimônio chegasse a derreter quase 60% - ainda que ele não tenha realizado prejuízo. Foi esse “susto” que o levou a buscar um pouco mais de conforto em um investimento mais seguro - caso dos FIIs.

Em conversa com o apresentador do programa e professor do InfoMoney Educação Arthur Vieira de Moraes, ele diz que os fundos de investimento imobiliário devem ser considerados a melhor opção para o investidor iniciante em renda variável justamente pela maior segurança com relação às ações.

No programa, o convidado fala sobre suas perspectivas para o mercado de fundos imobiliários nos próximos anos, considerando tendência para a Selic (diretamente relacionada com o mercado de FIIs); movimentação dos investidores e a própria evolução do mercado imobiliário em si.

Mendes, cuja obra inclui uma metodologia de compreensão dos preços de fundos, explica que seu método de análise de FIIs é replicado a seus alunos de ensino superior. “É uma missão para mim melhorar a [educação financeira](#) do país”, diz.

Próximos anos

Para os próximos anos, o especialista acredita em um crescimento considerável para o mercado de fundos imobiliários brasileiros, dada a ainda muito baixa participação de investidores nesta indústria. “Nosso mercado está engatinhando”, diz. “Precisamos de mais gestores, melhores, com fundos mais robustos, mais qualificados”, opina.

Ao mesmo tempo, ele avalia que o crescimento em participação cresceu em velocidade alta nos últimos anos. Isto pode significar que aqueles brasileiros deixando os imóveis e partindo para o mercado financeiro começam a observar estes ativos.

Ajudará nessa evolução uma resolução recente do CMN que proibiu a fundos de pensão o investimento direto em imóveis. Isso provavelmente fará com que essas entidades passem a observar os FIIs como uma alternativa para ter imóveis em seus ativos – movimento que ocorreu alguns anos atrás nos Estados Unidos e gerou evolução significativa nos REITs (nome dado aos FIIs no país).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Os impactos dos estudos arqueológicos na aprovação de empreendimentos imobiliários

Veículo: CBIC Mais

Data: 19.10.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC_newsletter_161.pdf

OS IMPACTOS DOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS NA APROVAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

MARCELO COLUCCINI é diretor regional do Secovi na região de Campinas – SP e proprietário da empresa Global Ambiente Consultoria Ambiental

Divulgação



Nos próximos dias 22, 23 e 24 de outubro será realizado, em Brasília-DF, o seminário "Iphan no Licenciamento Ambiental", organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), correalização do Senai Nacional e apoio da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

O evento reunirá profissionais da área, órgãos especializados, representantes do setor produtivo e da sociedade, com o intuito de reforçar a importância da preservação do patrimônio cultural, parte integrante do meio ambiente, e promover debates e discussões para o aprimoramento da participação do Iphan no processo de licenciamento ambiental.

Desde a promulgação da Instrução Normativa Iphan 01/2015, de 25 de março de 2015, foram estabelecidos procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos processos de licenciamento ambiental.

Referida norma prevê a manifestação do Iphan nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual

e municipal quando houver intervenção na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento em bens culturais acatados em âmbito federal. Importante esclarecer que a Área de Influência Direta (AID) de um empreendimento é a área em que o mesmo será instalado e que será afetada diretamente pelos principais impactos ambientais decorrentes de sua instalação e operação.

Passados mais de três anos de vigência da Instrução Normativa, temos nos deparado com alguns contratempos nos procedimentos administrativos submetidos a análise do Iphan e na contratação de profissionais para a realização dos estudos necessários.

A normativa prevê que o Iphan deverá se manifestar em todos os casos de implantação de edificações com área de projeção superior a cinco mil metros quadrados e em todos os processos de implantação de loteamentos, o que acabou gerando um aumento repentino nas demandas a serem atendidas pelos técnicos das Superintendências Regionais do instituto.

Esse aumento da demanda ocasionou atrasos nas análises dos processos pelo Iphan que deixou de cumprir os prazos estipulados na Instrução Normativa. Como exemplo cito o prazo de 15 dias para análise do FCA e emissão do TRE, e que está sendo atendido, em alguns casos, com mais de 45 dias.

Outro exemplo é o prazo estabelecido no art. 19 da norma, que prevê a análise dos projetos dos empreendimentos classificados no nível III em 30 dias, porém já chegaram a ser analisados em mais de 180 dias e atualmente estão sendo analisados em uma média de 60 dias.

Como a análise do Iphan é uma das etapas do processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento, o atraso nessa etapa acaba gerando um atraso em cadeia de todo o processo de Licenciamento Ambiental e início das obras.

Além do não atendimento dos prazos, temos encontrado um outro problema relacionado a falta de profissionais que atendem aos requisitos exigidos pela norma para prestarem os serviços arqueológicos.

De acordo com o blog do Enem, existem no Brasil somente cinco faculdades que ministram o curso de Arqueologia, razão pela qual poucos profissionais ingressam no mercado do trabalho com essa formação. Se compararmos esse número com a quantidade de projetos que exigem o acompanhamento de arqueólogos no Brasil, muitos deles em caráter de exclusividades, concluímos que a quantidade de arqueólogos é insuficiente para a quantidade de projetos.

Como exemplo, somente no ano de 2017 foram analisados 529 processos de novos loteamentos só no Estado de São Paulo.

Entendo que a solução para esse problema esteja na atualização da Instrução Normativa, levando em consideração alguns fatores e experiências adquiridas nestes três anos de vigência da referida norma.

Uma das propostas seria aumentar a área dos loteamentos enquadrados no nível I, passando dos atuais 6 ha para 70 ha, como era praticado no Estado de São Paulo, antes da promulgação da Instrução Normativa.

Os responsáveis técnicos por esses empreendimentos assinariam o Termo de Compromisso do Empreendedor, já previsto no artigo 15 da normativa, e seriam responsáveis por suspender as obras e comunicar imediatamente o Iphan na hipótese de ocorrência de achados de bens arqueológicos na área do referido empreendimento, sob pena das medidas cíveis e penais cabíveis.

O Iphan continuaria a exigir estudos de nível III em áreas inferiores a 70 ha, desde que elas estejam inseridas em regiões de relevante interesse arqueológico, disponibilizadas através de um levantamento prévio e divulgadas para conhecimento dos empreendedores que tenham interesse em realizar empreendimentos nessa região, para que assim possam se programar quanto ao custo e prazo de aprovação desse projeto.

Consequentemente teríamos a extinção da classificação nível II para os empreendimentos tipo loteamento, o que já vem ocorrendo na prática mediante solicitação expressa no FCA pelos empreendedores que tenham interesse que seu empreendimento seja classificado no nível III mesmo que a metragem esteja na faixa do nível II.

Entendo que dessa maneira os técnicos do Iphan teriam mais tempo para a realização de fiscalização dos em-

preendimentos com obras em execução, identificando e atuando os empreendedores que estejam agindo em desacordo com a Instrução Normativa.

Essas propostas serão apresentadas para discussão dos presentes no seminário que será realizado em Brasília na próxima semana, com a qual espero que tenha início um grupo de trabalho para alteração da Instrução Normativa 01/2015.



O IPHAN no Licenciamento Ambiental: diálogos e perspectivas jurídicas

22 e 23/10 - das 8h às 18h30

Av. Pádua de Carvalho, 100 - Edifício Itália - Centro - Manaus - AM - CEP: 67010-000

22/10/2018 - Segunda-Feira

08h00 - 09h00
Abertura e boas-vindas

09h00 - 10h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

10h00 - 11h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

11h00 - 12h00
Almoço

13h00 - 14h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

14h00 - 15h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

15h00 - 16h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

16h00 - 17h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

17h00 - 18h30
Encerramento

23/10/2018 - Terça-Feira

08h00 - 09h00
Abertura e boas-vindas

09h00 - 10h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

10h00 - 11h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

11h00 - 12h00
Almoço

13h00 - 14h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

14h00 - 15h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

15h00 - 16h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

16h00 - 17h00
Palestra: O Iphan e o Licenciamento Ambiental

17h00 - 18h30
Encerramento



O evento será transmitido ao vivo pela página da CBIC no Facebook: <https://bit.ly/2yOziSw>

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Indústria da construção estuda possibilidade de uso do Blockchain em registro de imóveis

Veículo: CBIC Mais

Data: 19.10.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC_newsletter_161.pdf

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO ESTUDA POSSIBILIDADE DO USO DO BLOCKCHAIN EM REGISTRO DE IMÓVEIS

ALÉM DE DIMINUIR CUSTOS, AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA E A AGILIDADE DOS
PROCESSOS NO MERCADO IMOBILIÁRIO, TECNOLOGIA PODE REDUZIR A BUROCRACIA



Participantes do TechLaw Summit 2018, promovido pelo Instituto de Engenharia, com apoio da CBIC, nos dias 18 e 19 de outubro, em Curitiba

Apesar do desenvolvimento de inovações que vêm ocorrendo no País, seja em tecnologia, métodos construtivos ou produtos imobiliários, propiciando melhoria e desenvolvimento do mercado imobiliário, ainda há um problema crônico, que é a burocracia. "Como aceitar um País que em 2,3 horas apura 130 milhões de votos e para averbar algo em uma matrícula de imóvel demora cerca de um mês?" questiona o presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Celso Petrucci, que anunciou ontem, em Curitiba/PR, que a CII/CBIC tem trabalhado na busca pela diminuição dessa burocracia,

e, com a correalização do Senai Nacional, está desenvolvendo um estudo sobre o uso de tecnologias digitais como o *blockchain* em registro de imóveis.

O anúncio foi feito durante o *TechLaw Summit 2018*, promovido ontem (18) e hoje (19/10) pelo Instituto de Engenharia do Paraná, com apoio da CBIC e correalização do Senai Nacional. Ao mencionar a importância do evento para o mercado imobiliário, o presidente da CII/CBIC, Celso Petrucci, destacou que o mercado depende, basicamente, de recursos abundantes e taxa de juros baixa. "A caderneta de poupança e o FGTS têm cerca de



Celia Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CIC) do CIBC

R\$ 1,3 trilhão de ativos, a taxa de juros em torno de 9% é razoável, tendendo a 8%, mas o mercado ainda está atravessando a pior crise", mencionou.

A adoção do *blockchain* por registros de imóveis pode seguir a lógica aplicada em registro de títulos e documentos da *OriginalMy*, bem como servir para



Rafael Capaci, programador em blockchain da Jupiter

fins de controles internos de cartórios garantindo a segurança e indelebilidade dos lançamentos efetuados na matrícula. No caso da *OriginalMy*, trata-se da autenticidade de conteúdo que utiliza a *blockchain* como protocolo. Dessa forma, qualquer documento autenticado no sistema poderá ser verificado se o mesmo é autêntico ou não.

O Blockchain compartilha e armazena dados por meio de máquinas pessoais em uma rede descentralizada e distribuída. Não há um intermediador responsável pelo controle do sistema, uma vez que na rede distribuída todas as máquinas auxiliam na validação das informações inseridas. "Todos os computadores dessa rede possuem as informações registradas, garantindo a segurança, imutabilidade e rastreabilidade desses dados", destaca Guilherme Oshima, advogado, sócio do Oshima & Maciel Advogados Associados e membro da Câmara Técnica de Inovação do Instituto de Engenharia do Paraná e da Comissão de Compliance da OAB/PR, além de presidente e membro fundador do Comitê Brasileiro de Compliance.

O grande diferencial dessa rede é que a descentralização e distribuição de máquinas permite a troca de dados entre as mesmas, garantindo veracidade e autenticidade aos registros. O sistema é executado voluntariamente por software em máquinas/computadores por usuários conectados à internet do mundo todo, mediante incentivos econômicos (emissão de criptomoedas) para o usuário bem-sucedido em efetuar o registro. "Por meio dessa política de recompensa é muito mais caro e complexo tentar fraudar o sistema do que cooperar com o mesmo", aponta Guilherme Oshima.

Tecnologias digitais como a blockchain – que funciona como um "livro de registro contábil" descentralizado – pretendem provocar amplas transformações e impactos em diversos setores da sociedade. Na indústria da construção, a tecnologia pode automatizar os processos do mercado imobiliário e dos registros de imóveis nos cartórios, além de auxiliar o programa de compliance das empresas, reduzindo custos, aumentando a transparência e a agilidade dos procedimentos. É possível, por exemplo, projetar a automatização na compra e venda de insumos do setor via blockchain e smart contracts. Por meio do sistema, é viável rastrear tanto os insumos negociados entre fornecedores e construtoras quanto a auto execução do pagamento por etapas ou por unidades entregues.



Rodrigo Marques, da Head de Inovação e Tecnologia - Hi-Law Consult

Durante o evento, que também contou com a participação do presidente da CBIC, José Carlos Martins, e teve como objetivo mostrar como a tecnologia revolucionará os serviços jurídicos e impactará na gestão de escritórios de advocacia, tribunais e cartórios, Petrucci ressaltou que a sociedade ainda não tem ideia do que é fazer uma incorporação imobiliária. "Todo o processo demora de cinco a sete anos, às vezes até mais, e é cheio de percalços. A CBIC busca esclarecer o que é o negócio imobiliário, visando à melhoria dos processos com diminuição da burocracia e entraves", reforçou.

Vários cases, como os do *blockchain* para notários e registradores, inteligência artificial e computação cognitiva para escritórios de advocacia (*john cognition*), tribunais (robô Victor-STF) e uma instigante análise de dados estruturais a partir da jurimetria, foram apresentados.

No painel sobre Descentralização dos Serviços Jurídicos, o programador em *blockchain* da Jupiter, Rafael Capaci, definiu a tecnologia digital como sendo uma arquitetura de banco de dados distribuídos, baseada em blocos conectados, que compartilham registros de transações permanentes e seguros, à prova de fraude. Explicou que cada transação é avaliada por vários usuários.

"Como a arquitetura é em blocos, se uma determinada transação invalida um bloco, invalida toda a cadeia,

tornando possível detectar", disse. Apontou como problema, a possibilidade de haver detentor de 51%, que vai definir a validação de determinada ação, mas esclareceu que é quase impossível isso acontecer em grandes redes.

Segundo Capaci, como no *blockchain* não há estrutura hierárquica, não há um detentor do controle, todos os usuários são iguais e a dificuldade cultural em se pensar de maneira descentralizada dificulta um pouco o crescimento da tecnologia.

Para dar segurança, toda transação tem duas chaves. A rede consegue checar por meio da chave pública e privada. Exemplo: se alguém tenta vender um carro que não é seu, a chave privada pode dar ok, mas a chave pública para aquela transação dará como inválida.

APLICAÇÃO E BENEFÍCIOS DO *BLOCKCHAIN*

O *blockchain* pode ser utilizado como moedas digitais, financiamentos, *equity*, guarda de dados, cadeia de suprimentos (possibilidade de saber a procedência de determinado produto. Pelo QR Code de um pão, por exemplo, é possível saber de onde vem toda a cadeia produtiva, se os ingredientes são sustentáveis, além de ter controle sobre o gerenciamento e a otimização do consumo de energia e do registro de documentos.

Como benefícios do *blockchain*, Rafael Capaci cita a transparência, o controle descentralizado, o empoderamento do usuário, o custo baixo e a segurança.

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS

No painel "Direito 4.0 e a revolução dos serviços jurídicos", Rodrigo Marques, da Head de Inovação e Tecnologia - Hi-Law Consult, falou sobre o uso de tecnologia para resolução de problemas jurídicos. Mostrou que está havendo desmaterialização de carros, hospedagens, do dinheiro, da propriedade, sendo necessário pensar nos modelos jurídicos adequados para essas relações, inclusive com relação à tributação. "O foco principal deve ser a busca de efetividade", disse, citando como exemplo a possibilidade de realização de conciliação por videoconferência.



Participantes do TechLaw Summit 2018, promovido pelo Instituto de Engenharia, com apoio do CBIC, nos dias 18 e 19 de outubro, em Curitiba

A partir da informação de que a tecnologia reformulou a área jurídica, Marques trouxe alguns questionamentos: "A realidade aumentada também vai reformular o mundo. As pessoas poderão trocar partes do seu corpo por próteses tecnológicas? Até onde o estado pode colir?"; "Impressoras 3D. Toda a tecnologia muda os modelos de negócios. Como serão tratados os contratos de fornecedores? As relações com consumidores?"; "O Blockchain na área jurídica permite a guarda a certificação de documentos e de contratos. É necessário verificar se judicialmente é válido. Blockchain ainda não tem fê pública. Como fica, por exemplo, o registro de patentes?"; "É possível ter o capital da empresa totalmente integralizado em moedas digitais? Como fazer a partilha de herança digital?".

Marques alertou sobre a necessidade de adequações da legislação à nova realidade tecnológica. "Talvez seja necessário rever os próprios pilares da constituição, como a questão de privacidade, por exemplo, cujo conceito hoje é totalmente diferente". Ao final, mostrou um mapa com inúmeras empresas, de várias áreas, que já trabalham com *blockchain*, inclusive escritórios de contabilidade e de advocacia, ressaltando que o STF já usa a inteligência artificial (IA) e a Junta Comercial de Fortaleza/CE, o *blockchain* para o armazenamento de documentos.

REGISTRO DE DADOS EM CARTÓRIOS

O uso do *blockchain* no registro de dados em cartórios

foi abordado por Walker de Alencar Oliveira, da CTO – Bizmeet. De acordo com Walker de Alencar, a tecnologia permite gravar pública e imutavelmente qualquer registro, do nascimento de um bebê à propriedade. Destacou como principais vantagens para uso de *blockchain* em registro de imóveis, o prazo, a segurança, a transparência e o custo (mais baixo).

Alencar destacou que as empresas *IBM*, *Oracle* e *Microsoft* já estão envolvidas e podem dar mais segurança ao processo. Como exemplo de projeto relacionado à área imobiliária, citou o Cleverente (compra e venda de imóveis com pagamento em criptomoeda) e o *International Blockchain Real Estation Association (Ibrea)*, que trabalha com tokenização de ativos, identificador de propriedade universal e pagamentos com criptomoedas. Os dados de propriedade são armazenados em *blockchain*.

Segundo ele, no Brasil, o BNDES Coin já trabalha com empréstimos em moeda virtual. Apontou como oportunidades a assinatura digital e o notarial, no qual todo processo notário é realizado em forma eletrônica incluindo assinatura eletrônica para validação.

JURIMETRIA

No *workshop* sobre Jurimetria, que é a estatística aplicada ao Direito, Julio Trecenti, da Associação Brasileira de Jurimetria, disse que por meio dela é possível entender tendências, comportamentos de determinadas populações e fazer avaliações para implementação de políticas públicas.

A jurimetria permite quantificar, entre outros, as maiores demandantes e o tempo médio para resolução de processos. Citou como *case*, o sistema de adoção, para o qual foi elaborado um PL para acelerar o cadastramento de crianças no banco de dados para adoção, uma vez que a idade foi apontada como principal obstáculo. "O mais importante é 'fazer ciência de dados'", detalhando como sendo o processo formado pela baixa de dados, arrumação de dados, entendimento dos dados (transformação dos dados, criação de visualizações, uso de modelos estatísticos para decisões) e comunicação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mercado financeiro projeta inflação em 4,44% para este ano

Veículo: Agência Brasil

Data: 22.10.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-10/mercado-financeiro-projeta-inflacao-em-444-para-este-ano>

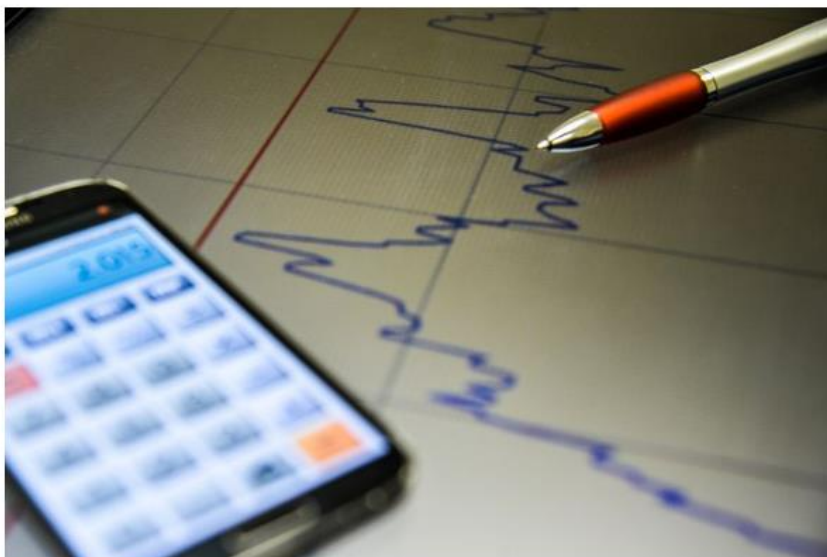
Economia

Mercado financeiro projeta inflação em 4,44% para este ano

Publicado em 22/10/2018 - 09:02 Por Kelly Oliveira - Repórter da Agência Brasil Brasília

Instituições financeiras, pesquisadas pelo Banco Central (BC), esperam que a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), termine este ano em 4,44%. Na semana passada, a projeção estava em 4,43%. Esse foi o sexto aumento consecutivo.

Para 2019, a projeção da inflação foi ajustada de 4,21% para 4,22%. Para 2020, a estimativa segue em 4% e, para 2021, caiu de 3,92% para 3,78%.



Mercado financeiro espera inflação de 4,4% para este ano. Para 2019, a projeção foi ajustada de 4,21% para 4,22% (Marcello Casal Jr./Agência Brasil)

A projeção do mercado financeiro ficou mais próxima do centro da meta deste ano, que é 4,5%. Essa meta tem limite inferior de 3% e superior de 6%. Para 2019, a meta é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%.

Para 2020, a meta é 4% e, para 2021, 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para os dois anos (2,5% a 5,5% e 2,25% a 5,25%, respectivamente).

T... ..

Taxa básica

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como instrumento a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 6,5% ao ano.

De acordo com o mercado financeiro, a Selic deve permanecer em 6,5% ao ano até o fim de 2018.

Para 2019, a expectativa é de aumento da taxa básica, terminando o período em 8% ao ano. Para o fim de 2020, a projeção permanece em 8,25% ao ano e em 8% ao ano no fim de 2021.

Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) aumenta a Selic, a meta é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação.

A manutenção da taxa básica de juros, como prevê o mercado financeiro este ano, indica que o Copom considera as alterações anteriores suficientes para chegar à meta de inflação.

Crescimento econômico

As instituições financeiras mantiveram a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, em 1,34% este ano e ajustaram de 2,50% para 2,49%, a estimativa para 2019.

Para 2020 e 2021, a estimativa segue em 2,50%.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: No Amazonas, pagamento do 13º deve injetar R\$ 1,63 bilhão

Veículo: D24AM

Data: 21.10.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/no-amazonas-pagamento-do-13o-deve-injetar-r-163-bilhao/>

ECONOMIA

Publicado em 21 de outubro de 2018 às 07:00

No Amazonas, pagamento do 13º deve injetar R\$ 1,63 bilhão

No Estado, 587,7 mil trabalhadores vão receber, em média, R\$ 2.780, conforme levantamento do Dieese. Em todo o Brasil, o dinheiro extra deve movimentar R\$ 211,2 bilhões

Beatriz Gomes / redacao@diarioam.com.br



Manaus – O pagamento do 13º salário deve movimentar a economia nos próximos meses em um montante de R\$ 1,63 bilhão, no Amazonas, e R\$ 211,2 bilhões em todo o País, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No Estado, 587,7 mil trabalhadores vão receber, em média, R\$ 2.780.

Cerca de 84,5 milhões de brasileiros serão beneficiados com o rendimento adicional no valor médio de R\$ 2.320. O volume representa, aproximadamente, 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do País e será pago aos trabalhadores do mercado formal, inclusive aos empregados domésticos; aos beneficiários da Previdência Social e aposentados e beneficiários de pensão da União e dos Estados e municípios.

Dos 587,7 mil trabalhadores do Amazonas, 62,3% estão no setor de serviços, incluindo a administração pública, 18% na indústria, 15,8% no comércio e 3,1% na construção civil. Os beneficiários da agropecuária correspondem a 0,7% do total.

Quando analisado o montante pago, mais de R\$ 1 bilhão é do setor de serviços (66,5%), enquanto a indústria paga R\$ 336,4 milhões (20,6%), comércio R\$ 164 milhões (10%) e R\$ 38,5 milhões na construção civil (2,4%). A agropecuária deve pagar R\$ 7,5 milhões (0,5%).

No entanto, o maior valor médio, R\$ 3.179,79, é pago pela indústria do Estado, seguido de serviços, R\$ 2.968,82, construção civil, com média de R\$ 2.081,75, agropecuária, com R\$ 1.869,78 e por último o comércio, com R\$ 1.761,54.

Para o cálculo do impacto do pagamento do 13º salário, o Dieese não leva em conta trabalhadores autônomos, assalariados sem carteira ou trabalhadores com outras formas de inserção no mercado de trabalho que, eventualmente, recebem algum tipo de abono de fim de ano, uma vez que dados sobre esses proventos são de difícil mensuração.

Regimes

Dos cerca de 84,5 milhões de brasileiros que devem ser beneficiados pelo pagamento do 13º salário, quase 48,7 milhões, ou 57,6% do total, são trabalhadores do mercado formal. Entre eles, os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada somam 1,8 milhão, equivalendo a 2,2% do conjunto de beneficiários. Os aposentados ou pensionistas da Previdência Social (INSS) representam 34,8 milhões, ou 41,2% do total. Além desses, aproximadamente 1 milhão de pessoas (ou 1,2% do total) são aposentados e beneficiários de pensão da União (Regime Próprio). Há, ainda, um grupo constituído por aposentados e pensionistas dos Estados e municípios (regimes próprios) que vai receber o 13º e que não pode ser quantificado.

O número de pessoas que receberá o 13º salário, em 2018, é superior em 0,6% ao calculado para 2017. Em relação ao montante, o valor apurado, em 2018, cresceu 2,8%, o que significaria perda de 1,3% em relação à inflação (INPC) prevista para o ano.

Regiões

A parcela mais expressiva do 13º salário (49,1%) deve ficar nos Estados do Sudeste, o que reflete a maior capacidade econômica da região que concentra a maioria dos empregos formais, de aposentados e pensionistas. No Sul do País, devem ser pagos 16,6% do montante, enquanto ao Nordeste serão destinados 16%. Para as regiões Centro-Oeste e Norte irão, respectivamente, 8,9% e 4,7%. Importante registrar que os beneficiários do Regime Próprio da União respondem por 4,5% do montante e podem estar em qualquer região do País.

O maior valor médio para o 13º deve ser pago no Distrito Federal (R\$ 4.278) e os menores, no Maranhão e Piauí (R\$ 1.560 e R\$ 1.585, respectivamente). Essas médias, porém, não incluem o pessoal aposentado pelo Regime Próprio dos Estados e dos municípios, pois não foi possível obter esses dados.

Para os assalariados formalizados dos setores público e privado, que correspondem a 46,8 milhões de trabalhadores, excluídos os empregados domésticos, a estimativa é de que R\$ 137,1 bilhões serão pagos a título de 13º salário, até o final do ano. A maior parcela do montante a ser distribuído caberá aos ocupados no setor de serviços (incluindo administração pública), que ficarão com 64,1% do total destinado ao mercado formal; os empregados da indústria receberão 17,4%; os comerciantes terão 13,3%; aos que trabalham na construção civil será pago o correspondente a 3,1%; enquanto 2,1% serão concedidos aos trabalhadores da agropecuária.

Importância

Hoje, o 13º tem importância enorme: além de permitir que trabalhadores quitem dívidas e consumam diferentes tipos de produtos e serviços, é um dinamizador do comércio e da economia em geral. Para o cálculo foram reunidos dados como os da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Pela 6ª semana seguida, mercado sobe expectativa de inflação para 2018

Veículo: G1

Data: 22.10.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/22/pela-6a-semana-seguida-mercado-sobe-expectativa-de-inflacao-para-2018.ghtml>

Pela 6ª semana seguida, mercado sobe expectativa de inflação para 2018

Previsão de inflação para este ano passou de 4,43% para 4,44%. Estimativa de alta do PIB de 2018 continuou em 1,34%. Pesquisa foi divulgada pelo BC nesta segunda (15).

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília
22/10/2018 08h32 · Atualizado há 4 horas



Os analistas das instituições financeiras subiram a estimativa de inflação para este ano pela sexta semana consecutiva e também passaram a prever uma alta maior dos preços em 2019.

As expectativas constam no boletim de mercado, também conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (22) pelo Banco Central. O relatório é resultado de levantamento feito na semana passada com mais de 100 instituições financeiras.

Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, o mercado financeiro elevou a previsão de 4,43% para 4,44% para este ano.

Mesmo assim, a expectativa do mercado ainda segue pouco abaixo da meta de inflação, que é de 4,5% neste ano, e dentro do intervalo de tolerância previsto pelo sistema. A meta terá sido cumprida se o IPCA ficar entre 3% e 6% em 2018.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Para 2019, os economistas das instituições financeiras aumentaram sua expectativa de inflação de 4,21% para 4,22%. A meta central do próximo ano é de 4,25%, e o intervalo de tolerância do sistema de metas varia de 2,75% a 5,75%.

Produto Interno Bruto

Para o crescimento do PIB deste ano, a previsão do mercado financeiro permaneceu em 1,34% na semana passada.

O Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Para o ano que vem, a expectativa do mercado para expansão da economia foi reduzida de 2,50% para 2,49%.

Os economistas dos bancos não alteraram, porém, a previsão de expansão da economia para 2020 e para 2021 – que continuou em 2,5% para esses anos.

Outras estimativas

- **Taxa de juros** - O mercado manteve estável em 6,50% ao ano a estimativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, ao final de 2018 – atual patamar e piso histórico. Para o fim de 2019, a expectativa do mercado financeiro para a Selic continuou em 8% ao ano. Deste modo, os analistas seguem prevendo alta dos juros no ano que vem.
- **Dólar** - A projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2018 recuou de R\$ 3,81 para R\$ 3,75 por dólar. Para o fechamento de 2019, permaneceu estável em R\$ 3,80 por dólar.
- **Balança comercial** - Para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2018 ficou estável em cerca de US\$ 55 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado para o superávit subiu de US\$ 45,5 bilhões para US\$ 46 bilhões.
- **Investimento estrangeiro** - A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2018, caiu de US\$ 68 bilhões para US\$ 67 bilhões. Para 2019, a estimativa dos analistas recuou de US\$ 75,65 bilhões para US\$ 70 bilhões.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Pior já passou, mas ainda há desafios para o setor de construção

Veículo: Estadão

Data: 20.10.18

Caderno: Economia & Negócios

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pior-ja-passou-mas-ainda-ha-desafios-para-o-setor-de-construcao,70002555272>

Pior já passou, mas ainda há desafios para o setor de construção

Expectativa é que próximo governo adote medidas para incentivar o setor, devido ao seu efeito multiplicador na economia e também ao potencial de aumentar a oferta de empregos

Wagner Gomes, O Estado de S.Paulo
20 Outubro 2018 | 05h00

As prévias operacionais das incorporadoras, divulgadas recentemente, confirmam a percepção dos investidores de que o **setor de construção**, embora tenha superado a sua pior fase, ainda tem muitos desafios pela frente, principalmente diante da mudança de governo após as **eleições**.

Sergio Goldman, analista da Magliano Invest, avalia que o setor deve continuar patinando no curto prazo em função principalmente da baixa visibilidade de cenário de médio e longo prazo. Sua expectativa é que o próximo governo, independentemente de quem vença a eleição, adote medidas para incentivar o setor, devido a seu efeito multiplicador na economia e também ao seu potencial de aumentar a oferta de empregos.

SIGA O ESTADÃO



Cupons Estadão

PUBLICIDADE

Cupom Americanas
Até 10% de desconto em Smartphones!

Descontos Submarino
Notebooks com até 25% de desconto!

Promoção Casas Bahia
Até 35% de desconto em Smart TVs!

De olho nas ações

Destaques

Maiores altas entre as ações indicadas na última semana

	VARIAÇÃO NA SEMANA		Nº DE VEZES CITADA	VALOR (ÚLTIMO FECH.) EM R\$
Magazine Luiza ON	12,1 %	▲	2	169,00
IRB Brasil Re ON	9,1 %	▲	5	69,00
Equatorial ON	6,8 %	▲	2	62,80
lochpe Maxion ON	6,8 %	▲	1	21,10
Azul PN	6,3 %	▲	1	28,00

VEJA TODAS AS INDICAÇÕES DAS CORRETORAS EM
NA WEB WWW.ESTADAO.COM.BR

Fonte: Broadcast

ESTADÃO

Analista de investimentos da Planner, Mario Roberto Mariante avalia que é possível observar que os distratos, mesmo em tendência de queda, e os estoques acumulados ainda são o grande problema das empresas. “O setor imobiliário já superou sua pior fase, mas ainda continuará enfrentando os efeitos do desemprego em relação ao cliente que depende de crédito”, explicou.

Felipe Martins Silveira, analista da Coinvalores, por sua vez, avalia que as prévias não trouxeram nada de novo. Para ele, o segmento de média e alta renda segue com um cenário desafiador no curto prazo, enquanto as empresas voltadas para o “Minha Casa Minha Vida” têm visto a demanda ainda forte. Para o próximo ano, a perspectiva é de uma melhora gradual, sem grandes saltos. Ele espera ainda que o programa governamental seja mantido independente do resultado da eleição.

O analista Ricardo Peretti, do Santander, vê as prévias de maneira ligeiramente positiva, com as companhias focadas no segmento de média e baixa renda entregando os melhores números do trimestre, enquanto as empresas ligadas a empreendimentos de alta renda começaram a apresentar números de vendas e lançamentos em recuperação. “Embora cada empresa esteja num ciclo diferente, identificamos que a grande maioria das construtoras tem obtido êxito na venda de projetos recém-lançados, enquanto o desafio do setor tem sido diminuir o estoque de empreendimentos passados”, disse. .

Vitor Suzaki, analista da Lerosa Investimentos, espera que o quarto trimestre seja melhor em termos de lançamentos e vendas, uma vez que tanto o segundo quanto o terceiro trimestres foram prejudicados de certa forma pela Copa do Mundo, greve dos caminhoneiros e pela indefinição eleitoral. Outro fator foi com a suspensão no primeiro semestre do direito de projetos protocolados antes da nova Lei de Zoneamento entrar em vigor. “Fica a expectativa de que o próximo presidente consiga implementar as reformas fiscais necessárias, com perspectiva de retomada do crescimento econômico e consequente recuperação do setor imobiliário, em especial os segmentos de média e alta renda”, afirma

Para Alexandre Faturi, analista da Nova Futura, as prévias foram majoritariamente positivas no ponto de vista operacional. A recuperação do setor, no entanto, permanece bastante gradual. “Independente da composição do governo em 2019, ambos os candidatos possuem intenções de reutilizar o Programa Minha Casa, Minha Vida e ampliar ou aperfeiçoar da sua maneira. Os candidatos sinalizaram que reconhecem a importância do programa”, disse Faturi.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Índice que reajusta aluguel acumula inflação de 10,88% em 12 meses

Veículo: Agência Brasil

Data: 19.10.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-10/indice-que-reajusta-aluguel-acumula-inflacao-de-1088-em-12-meses>

Economia

Índice que reajusta aluguel acumula inflação de 10,88% em 12 meses

Publicado em 19/10/2018 - 08:49 Por Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil Rio de Janeiro

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), usado no reajuste de contratos de aluguel, subiu 0,97% na segunda prévia de outubro.

A taxa é inferior ao 1,34% da segunda prévia de setembro. O dado foi divulgado hoje (19), no Rio de Janeiro, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).



Índice Geral de Preços-Mercado, usado no reajuste de contratos de aluguel, subiu 0,97% na segunda prévia de outubro (Arquivo/Agência Brasil)

Com a segunda prévia de outubro, a inflação acumulada em 12 meses chega a 10,88%.

A queda da taxa de setembro para outubro foi puxada pelos preços no atacado, já que o Índice de Preços ao Produtor Amplo caiu de 1,95% para 1,24% no período.

O Índice de Preços ao Consumidor, que mede o varejo, subiu de 0,16% na prévia de setembro para 0,48% em outubro e o Índice Nacional de Custo da Construção subiu de 0,19% para 0,36%.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Seminário sobre Licenciamento Ambiental vai abrir Semana temática do Iphan

Veículo: Segs

Data: 19.10.18

Caderno: Demais

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.segs.com.br/demais/140437-seminario-sobre-licenciamento-ambiental-vai-abrir-semana-tematica-do-iphan>

Seminário sobre Licenciamento Ambiental vai abrir Semana temática do Iphan

Sexta, 19 Outubro 2018 16:52 Escrito ou enviado por Fernanda Pereira Adicionar novo comentario SEGS.com.br - Categoria: Demais

Imprimir Compartilhar:



A participação do Iphan no Licenciamento Ambiental será debatida entre profissionais da área, órgãos especializados, representantes do setor produtivo e da sociedade. Nos dias 22 e 23 de outubro, na programação da Semana do Licenciamento Ambiental e Gestão do Patrimônio Arqueológico, está o seminário O Iphan no Licenciamento Ambiental: Diálogos e Perspectivas Jurídicas.

Organizado pelo Iphan, por meio da Coordenação Nacional de Licenciamento (CNL), em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o seminário propõe reforçar a importância da preservação do Patrimônio Cultural e promover debates e discussões a respeito da participação do Iphan no processo de Licenciamento Ambiental. A programação para os dois dias de evento traz uma série de palestras com especialistas em meio ambiente, do Iphan, do Ibama, procuradores, consultores, arqueólogos e membros de setores como Construção Civil, Mineração e Energia. As inscrições já estão abertas

A cerimônia de abertura vai contar com a participação dos ministros da Cultura, Sérgio Sá Leitão, do Meio Ambiente, Edson Duarte, da presidente do Iphan, Kátia Bogéa, do presidente da CNM, Glademir Aroldi, do presidente da CBIC, José Carlos Martins, e com a participação de Alexandre Sampaio, representando o presidente da CNC. O Ministério Público Federal será representado por Nívio de Freitas Filho, Coordenador da 4ª Câmara – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

O Patrimônio cultural no Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente. Essa obrigação é compartilhada entre esferas federais, estaduais e municipais. Por meio dele, as instituições públicas exercem o controle necessário para que as atividades humanas que interferem nas condições ambientais sejam conciliadas com o uso dos recursos naturais, de modo a assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas em suas variabilidades físicas, bióticas, socioculturais e econômicas.

O Patrimônio Cultural é parte integrante e indissociável do meio ambiente e, no âmbito do Licenciamento Ambiental, cabe ao Iphan emitir o posicionamento sobre eventuais impactos causados a esses bens. Atualmente, o Iphan está inserido no Licenciamento Ambiental por meio de diversas normativas, dentre elas a Resolução Conama 01/86 a Portaria Interministerial 60º/201 e a IN 01/2015.

Serviço

O Iphan no Licenciamento Ambiental: diálogos e perspectivas jurídicas

Data: 22 e 23 de outubro, das 8h às 18h30

Local: Auditório da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo SBN Quadra 1, Bloco B, Edifício CNC, 1º Subsolo - Asa Norte, Brasília/DF

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Votorantim Cimentos chega a Manaus para 'movimentar' ramo da construção civil

Veículo: A Critica

Data: 21.10.18

Caderno: Cotidiano

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/uma-das-gigantes-do-ramo-da-construcao-civil-se-instalou-este-mes-em-manaus-e-pretende-expandir-marca-na-regiao-norte>

COTIDIANO

ECONOMIA

Votorantim Cimentos chega a Manaus para 'movimentar' ramo da construção civil

O investimento para início das operações foi de R\$ 120 milhões. Entre os serviços oferecidos estão a recepção, armazenamento, ensacamento e venda de cimentos

21/10/2018 às 01:18 - Atualizado em 22/10/2018 às 08:14



O sistema de cabotagem vai ser feito por meio de balsas com cimento ensacado originário da cidade de Primavera, no Pará, e parte importada. Foto: Divulgação

VEJA TAMBÉM



Rebeca Beatriz

Manaus (AM)

A Votorantim Cimentos começou a funcionar em Manaus no dia 1º de outubro. Após aquisição da Cemex, que está entre as maiores produtoras de cimento do mundo, a companhia pretende expandir a atuação na região Norte, se inserindo no mercado com a marca Cimentos Poty. Com o setor da construção civil saindo de um momento de crise, a perspectiva para essa nova fase é de crescimento e retomada, segundo o diretor de Logística da Votorantim Cimentos, Alisson Forti.

"Este ano ainda é estimada uma queda de 2% em relação a 2017. Mas a ida para o Amazonas e para Roraima é parte da estratégia de longo prazo da Votorantim, de diversificação geográfica e de portfólio, o que faz todo o sentido, pois ainda não tínhamos atuação nessas localidades", comenta

O investimento para início das operações foi de R\$ 120 milhões. Entre os serviços oferecidos estão a recepção, armazenamento, ensacamento e venda de cimentos.

"Sabemos que a indústria da construção civil é importante para a economia de qualquer país. Numa retomada da economia do Brasil, a construção civil é um dos setores que pode ajudar de forma rápida, gerando empregos e movimentando a economia" conclui Forti.

Diferencial no Mercado

O setor da construção civil passa por um momento de retomada, e a chegada da companhia no Amazonas, marca de forma positiva uma nova fase, conforme explica o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Amazonas - (Sinduscon-Am), Frank do Carmo Souza.

"Temos um dos cimentos mais caros do Brasil, então é a proposta é importante, pois a ideia é reduzir custos. A expectativa é que a chegada da Votorantim traga uma produção e logística melhores, resultando num preço menor para o produto final", diz.

Operacional

O sistema de cabotagem vai ser feito por meio de balsas com cimento ensacado originário da cidade de Primavera, no Pará, e parte importada.

O porto fluvial também irá receber navios com cimento a granel, direto da fábrica de Laranjeiras, no Sergipe, para ser ensacado no terminal.

Conheça a Votorantim

Fundada em 1933, a Votorantim Cimentos é uma das maiores empresas globais do setor. Com quase 12 mil empregados e uma receita líquida de R\$ 11,1 bilhões em 2017, suas unidades estão próximas aos grandes mercados consumidores além do Brasil: Argentina, Bolívia, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Índia, Marrocos, Peru, Tunísia, Turquia e Uruguai.

Estrutura

Atualmente, os mercados do Amazonas e de Roraima movimentam conjuntamente cerca de 1 milhão de toneladas. A expectativa é alcançar, inicialmente, um volume em torno de 300 mil toneladas a cada 12 meses, fruto da compra do terminal. O terminal portuário no Amazonas está localizado na Rua Desembargador César do Rego, n.2, Colônia Antônio Aleixo - Manaus (AM) - CEP: 69008-445.

Mais notícias

CBIC Mais

[Informativo da Indústria da Construção :: Newsletter :: Edição 161](#)

Segs

[Contrato digital movimentou mercado imobiliário](#)

Portal n10

[Devolução de imóvel comprado na planta: saiba como minimizar prejuízos](#)

AGENDA

Novembro

22 | Seminário Nacional da Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição 2018

SEMINÁRIO NACIONAL ABRECON 2018
RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA
CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

NATIONAL SEMINAR OF
CONSTRUCTION AND
DEMOLITION WASTE IN BRAZIL

às 08h
22/NOV

**PARTICIPE DO
MAIOR EVENTO
DE RCD DO BRASIL**

Junto a Waste Expo 2018,
no Centro de Exposições Pro Magno
em São Paulo - SP

